

Conselho de Administração
Presidente

Walter Fontana Filho

Membros
Fernando C. Mesquita,
Fernão Lara Mesquita,
Francisco Mesquita Neto,
Getúlio Luiz de Alencar e
Júlio César Mesquita

Opinião

Editor Responsável: Antonio Carlos Pereira

Diretor de Conteúdo: Ricardo Gandour
Editora-Chefe Responsável: Maria Aparecida Damasco
Diretor de Desenvolvimento Editorial: Roberto Gazzl

Diretor Presidente: Francisco Mesquita Neto

Diretor de Mercado Leitor e Operações: Christiano Nygaard
Diretor de Mercado Anunciante: Flavio Pestana
Diretor Financeiro: Jorge Casmerides
Diretor de Recursos Humanos: Fábio de Biazzi
Diretora Jurídica: Mariana Uemura Sampalo
Diretor de Tecnologia: Nelson Garzeri

estadao.com.br

A versão na Internet de
O Estado de S. Paulo

Notas & Informações

Para evitar nova crise de água

Com chuvas que demoraram, mas foram abundantes – e sobretudo com medidas duras e eficazes adotadas para reduzir o consumo, além de maior transparência para tratar o assunto, como mostra reportagem do Estado –, São Paulo parece ter atravessado a fase mais crítica da escassez de água, como consequência da maior seca dos últimos 84 anos. Embora novas restrições ao consumo não devam ser descartadas, tudo indica que se ganhou algum tempo para contornar a crise e tentar evitar sua repetição.

Tanto pelo aprofundamento das medidas que já vinham sendo tomadas para enfrentar o problema como pela maneira franca e direta de expor a verdadeira e difícil situação, em especial a da capital e da Grande São Paulo, a atuação do novo secretário de Saneamento e Recursos Hídricos, Benedito Braga, e de Jerson Kelman, presidente da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) – técnicos renomados, nomeados pelo governador Geraldo Alckmin, respectivamente em meados de dezembro e início de janeiro –, trouxe importantes mudanças cujos resultados já se fazem sentir.

“Tomaremos medidas duras, difíceis”, anunciou Kelman logo depois de assumir seu cargo, com uma franqueza que foi bem aceita pela população. E completou depois, admitindo explicitamente o que já era sabi-

do, isto é, a existência de um racionamento de fato: “Racionamento é algum tipo de restrição do uso de água. É claro que nós temos. Se nós reduzimos 30% da produção, tem alguma restrição. Agora, há várias formas de racionamento. Uma delas é o rodízio. Outra é a redução da pressão. Nós não estamos em rodízio, que é muito pior do que o que fazemos hoje”.

A forma mais dura de rodízio, aventada como hipótese para enfrentar a situação, se ela continuasse a piorar – quatro dias sem água para dois com água –, traria de fato sofrimento muito maior para a população, comparado com o das restrições em vigor, por piores que sejam os incômodos que elas acarretam. As chuvas e o rigor mantido pelas autoridades para reduzir o consumo afastaram, pelo menos por enquanto, o rodízio.

Seria de todo conveniente que o governo aproveitasse essa trégua para tomar as providências que se impõem para prevenir uma nova crise ou, pelo menos – já que um de seus elementos, as chuvas, escapa a seu controle –, tentar limitar os seus efeitos. A primeira delas, que ataca a raiz do problema, é cumprir rigorosamente o programa de obras emergenciais, destinadas ao mesmo tempo a aumentar a oferta de água e a aproveitá-la da melhor maneira possível. Um exemplo é o projeto da Sabesp para ampliar em 36% a captação de água prevista no futuro Sistema São Lourenço, que há um ano está em construção no Vale do Ribeira, obra

orçada em R\$ 2,2 bilhões e executada por meio de Parceria Público-Privada (PPP). Esse acréscimo permitirá tirar mais 500 mil pessoas da cobertura do Sistema Cantareira e facilitar a sua recuperação.

Outras medidas complementares poderão, juntas, exercer um papel importante. Entre elas está a de reduzir as perdas de água do sistema da Sabesp, um esforço no qual ela está empenhada há anos. É preciso redobrá-lo, porque as perdas em São Paulo, de 24,4%, são muito elevadas pelos padrões internacionais. É bem mais barato investir na diminuição de perdas do que no aumento da oferta.

Outro ponto no qual também estamos em má posição com relação a outros países é o de reúso de água, ou seja, o tratamento de água já utilizada para o seu reaproveitamento principalmente pela indústria. Os progressos nesse setor são tão grandes que já é possível até mesmo, embora em níveis ainda limitados, o reaproveitamento para consumo humano.

Finalmente, um efeito benéfico da crise, se se pode dizer assim, é a disposição mostrada pela população para economizar água como forma de evitar o sacrifício do racionamento. Essa é uma tendência que precisa ser incentivada por campanhas de esclarecimento – a água será cada vez mais um bem raro, ou pelo menos não abundante como antes – e por estímulos materiais, como o sistema de descontos criado, que deveria se tornar permanente.

Roubar, só na medida certa

Para quem ainda tinha alguma dúvida sobre a honestidade do governo do PT, alguém que sabe o que está falando esclareceu o assunto: “A gente não acha que o PT inventou a corrupção, mas roubaram demais. Exageraram”. É o que garante um dos principais aliados do PT, o presidente nacional do PDT, Carlos Lupi, que foi ministro do Trabalho de Lula e por indicação deste permaneceu à frente da pasta no início do primeiro mandato de Dilma, até ser forçado a demitir-se pela “faxina” que atingiu vários outros ministros sob suspeita da prática de “irregularidades”. As declarações de Lupi foram gravadas durante encontro com correligionários na última quinta-feira, em São Paulo, e confirmadas ao Estado pelo próprio. Não obstante, o presidente do PT, Rui Falcão, declarou na segunda-feira que Lupi desmentiu essas declarações, alegando que “foram pinçadas” fora do contexto. E o líder do PT no Senado, Humberto Costa (PE), reagiu acusando Lupi de ser “boquirroto”.

A declaração de Lupi, na verdade, não revela segredo nenhum, mas é alarmante pela falta de pudor que demonstra. Das palavras do ex-ministro do Trabalho a seus liderados, pode-se inferir que roubar até que pode, desde que não se roube “demais”, com exagero. É mais um exemplo cínico da relativização dos valores éticos que passou a predominar ostensivamente na

cena política a partir da chegada do lulopetismo ao poder.

Como não podem contestar o fato de que estão envolvidos até o pescoço no assalto aos cofres públicos, os petistas argumentam em defesa própria que seus antecessores, em governos federais e estaduais, também são alvos de acusações de corrupção. Invertem o senso comum, querem fazer crer que um erro justifica outro. Invertem também a proposta original de serem “um partido diferente”, para se eximir de culpas sob o argumento de que o PT “faz apenas o que os outros também fazem”. A mais recente manifestação nesse sentido coube ao ministro das Comunicações, Ricardo Berzoini, em entrevista ao Estado publicada no domingo.

Respondendo a perguntas sobre o escândalo do petróleo, Berzoini, que priva da intimidade tanto de Lula como de Dilma, insinuou que o PT é perseguido pela mídia, pela PF e pelo Ministério Público: “As notícias existem, não há invenções. Mas há, evidentemente, uma seletividade na divulgação ou uma seletividade na investigação”. E acrescentou: “O curioso é que ninguém se pergunta: será que isso acontece só na Petrobrás? Será que grandes estatais estaduais de governos de outros partidos não estiveram envolvidas também nisso? Será que não cabe um paralelo entre o que aconteceu no Metrô de São Paulo, o que aconteceu no governo de Minas em anos anteriores?”. Cabe, então, pergun-

tar ainda: caso as investigações em curso venham a comprovar corrupção no Metrô de São Paulo ou no governo de Minas, isso eximirá ou diminuirá a responsabilidade do governo do PT pelo assalto de mais de R\$ 6 bilhões aos cofres da Petrobrás? Definitivamente, um erro não justifica outro.

Enquanto isso, Lula continua agindo como se não tivesse nada a ver com a corrupção no governo, cuja existência chega a negar em ocasiões e ambientes propícios. Muito bem protegido em espaços blindados contra vaías e preocupado em vender saúde com exibições de halterofilismo, Lula prefere cuidar de sua escancarada ambição de voltar à Presidência da República em 2018, exercitando sua conhecida habilidade de dizer o que as pessoas querem ouvir. Falando a correligionários reunidos no 3.º Congresso de Direções Zonais do PT-SP, na sexta-feira em São Paulo, Lula reiterou o mantra de que o governo precisa se dedicar a uma “agenda positiva”: “Nós temos de dizer em alto e bom som para a companheira Dilma ouvir (...) que nós precisamos começar a dizer o que nós vamos fazer neste segundo mandato”. Faz sentido, já que aquilo que prometeu na campanha Dilma renegou até mesmo antes da posse.

Abusando da imodéstia, Lula proclamou em tom triunfante: “Se Dilma fracassar é o PT quem fracassa (...) e eu não vim ao mundo para fracassar”. Como diria Carlos Lupi: menos, Lula!